

# Brasil inicia negociações com bancos credores em dois meses

por Getúlio Bittencourt  
de Montreal

Na única pergunta sobre a dívida externa que os banqueiros lhe fizeram no seminário da Latin Finance e Fundação Getúlio Vargas sobre o Brasil, o secretário de Planejamento, Marcos Fonseca, disse que o governo Collor estará concentrado no plano interno pelo menos ao longo dos próximos 45 a 60 dias.

Na plateia, um banqueiro concluiu: "Então eles devem começar a conversar com a comunidade financeira internacional daqui a dois meses". Nem Fonseca nem seus colegas de equipe haviam mencionado essa possibilidade em seus encontros com os banqueiros credores, privadamente, ao longo do dia. "Eu não disse que iniciaremos contatos sobre a dívida externa em dois meses", corrigiu o secretário para este jornal, "mas a dedução desse banqueiro é uma possibilidade". Um banqueiro com assento no comite as-

essor de bancos para o Brasil diria mais tarde que "nós temos esperança de que o diálogo comece antes de dois meses".

Literalmente, o ex-secretário da Fazenda de São Paulo afirmou à plateia de banqueiros reunida para ouvi-lo no Hotel Quatre Saisons que "a dívida externa é parte do plano de ajuste, mas nós decidimos começar a negociar a discussão com a comunidade financeira internacional, deixe-me dizer-lhe, depois de fazermos mos o trabalho de casa bem feito. Neste momento, temos de monitorar um tremendo ajuste, que requer atenção completa do governo nos próximos um mês, um mês e meio ou dois meses".

Ele expôs as linhas gerais do Plano Collor, procurando enfatizar os próximos passos do governo em relação às cinco áreas principais de ação. Serão as seguintes:

- No plano da reforma monetária, o governo reduziu a liquidez da economia



Marcos Fonseca

a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), e reconhece que é pouco. O governo espera que a liberação da massa salarial nos próximos dois ou três meses restabeleça o nível adequado de liquidez, e tem programas prontos para ajudar setores que sofram mais que o esperado com o Plano Collor.

- No campo da reforma administrativa, o governo

está nas mãos do Congresso, e espera dificuldades apenas no fechamento de empresas. Mas espera que a pressão popular assegure a aprovação do plano.

- O ajuste fiscal permitiu que o déficit governamental caísse dos projetados 8% do PIB para os correntes 3%, só com a reforma monetária. Para alcançar o superávit previsto de 2%, a privatização e fechamento de empresas, a venda de dívidas do setor privado com o governo e outras medidas em preparo suprirão os 5% restantes.

- A equipe de Zélia Cardoso de Mello no Ministério da Economia sabe que a reforma financeira garante inflação baixa por cinco meses. Depois disso, porém, o governo precisa ter o resto de seu programa já aprovado pelo Congresso para obter uma estabilização duradoura.

- O governo sabe que fez até agora a parte mais fácil do ajuste. A mais difícil, restabelecer o crescimento, ainda está por vir.